

Sumário

I. INTRODUÇÃO. COMPARAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL	11
II. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA NA NOVA AÇÃO COLETIVA ITALIANA	17
1. Introdução.....	17
2. Vicissitudes da <i>class action</i> italiana	22
3. Técnica dos limites da coisa julgada nas ações coletivas no direito brasileiro	24
4. Terceiros beneficiados pela coisa julgada	27
5. Direitos individuais homogêneos: eficácia da sentença e extensão da coisa julgada	28
6. Eficácia da sentença de procedência proferida na ação coletiva e extensão da coisa julgada	31
7. <i>Right to opt out</i> como expressão das garantias constitucionais do processo	32
7.1. Nota prévia	32
7.2. Estados Unidos	33
7.3. Canadá.....	37
8. Coisa julgada no atual modelo da ação coletiva italiana ...	38
III. PERSPECTIVA SUPRANACIONAL DAS GARANTIAS PROCESSUAIS EM RELAÇÃO AOS TERCEIROS	43
1. Noção de devido processo legal (em sentido processual) ..	43
2. Princípio do contraditório	46

3.	Posicionamento da doutrina e da jurisprudência sob o enfoque constitucional.....	52
4.	Inconstitucionalidade de atual orientação jurisprudencial (pluralidade de legitimados para demandar indenização por dano moral)	65
5.	Princípio da isonomia processual	71
6.	Posicionamento da doutrina: inviabilidade da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	73
7.	Garantias constitucionais do processo e <i>collateral estoppel</i> ...	78
8.	Terceiros nas ações coletivas e a coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	87
IV. SOBRE A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NA EUROPA COMUNITÁRIA.....		97
1.	Oportunidade da tutela jurisdicional	97
2.	Determinação casuísta da dicção <i>prazo razoável</i>	99
3.	Arco temporal considerado: <i>dies a quo</i> e <i>dies ad quem</i>	104
4.	Critério para fixação do <i>quantum debeatur</i>	105
5.	Novas diretrizes e caráter subsidiário da Corte Europeia...	106
6.	Solução <i>intra muros</i> : a “lei Pinto”	108
7.	Duração razoável nos países da “zona do euro”	112
8.	Duração razoável nos demais países da União Europeia ...	118
9.	Nota conclusiva	118
V. SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO....		121
1.	Introdução: aproximação dos regimes processuais europeus.....	121
2.	Audiência de saneamento sob a perspectiva da comparação jurídica.....	124
3.	Antecedentes da reforma brasileira.....	131
4.	Finalidade do saneamento	133
5.	Complexidade da causa e imposição de audiência para o saneamento compartilhado.....	134

VI. OBJETO LITIGIOSO NA DOGMÁTICA DO PROCESSO CIVIL ALEMÃO.....	141
1. Introdução.....	141
2. Dilema entre substanciação e individualização da demanda.....	142
3. Pretensão processual como objeto do processo.....	145
4. Pretensão material como objeto litigioso.....	149
5. Objeto litigioso como tema central da doutrina alemã...	151
6. Objeto litigioso como afirmação jurídica (segundo a natureza da demanda)	152
7. Objeto litigioso delimitado exclusivamente pelo pedido ..	154
8. Causa de pedir e pedido como elementos objetivos da demanda.....	158
VII. APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO PROCESSUAL CIVIL BELGA.....	163
1. Nota introdutória.....	163
2. Fontes atuais do processo civil	163
3. Organização judiciária.....	164
4. Princípios, características e regras técnicas.....	167
5. Procedimentos.....	169
6. Ajuizamento da demanda	169
7. Resposta do réu	170
8. Intervenção de terceiros.....	171
9. Poderes do juiz e determinação do objeto litigioso.....	172
10. Produção da prova.....	173
11. Atos decisórios.....	174
12. Recursos	175
13. Coisa julgada.....	178
14. Procedimento monitório	179
15. Execução	179

16.	Medida cautelar de natureza patrimonial	180
17.	Despesas processuais e honorários advocatícios	180
18.	Arbitragem	181
VIII. FONTES E ESTRUTURA DO PROCESSO CIVIL CANADENSE		183
1.	Nota introdutória	183
2.	Fontes atuais do processo civil	185
3.	Organização judiciária	186
4.	<i>Stare decisis</i>	187
5.	Panorama do processo civil do <i>common law</i>	189
6.	Panorama do processo civil do <i>civil law</i>	193
7.	Ações coletivas	198
8.	Meios alternativos de solução dos conflitos	203
9.	Advertência final	204
IX. FONTES E ESTRUTURA DO PROCESSO CIVIL INGLÊS		207
1.	Nota introdutória	207
2.	Fontes atuais do processo civil	208
3.	Organização judiciária	211
4.	<i>Stare decisis</i>	213
5.	Princípios, características e regras técnicas	216
6.	Expediente antes do ajuizamento da demanda (<i>pre-action phase</i>)	220
7.	Procedimentos	221
8.	Ajuizamento da demanda	223
9.	Resposta do réu	225
10.	Ampliação subjetiva da demanda	226
11.	Poderes do juiz – <i>case management</i>	226
12.	Produção da prova	228

13. Provimentos de urgência e sentença.....	231
14. Apelação.....	234
15. Coisa julgada.....	235
16. Execução.....	236
17. Despesas processuais.....	237
18. Honorários advocatícios.....	238
19. Ações coletivas (<i>multy-party procedure</i>).....	239
X. CONCEITO E FUNÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL NA EXPERIÊNCIA JURÍDICA DO <i>COMMON LAW</i>	241
1. Gênese histórica do <i>common law</i>	241
2. Precedente vinculante: tradição e praxe judiciária.....	247
3. Consolidação da teoria do <i>stare decisis</i>	252
4. Conservação dos precedentes judiciais.....	254
5. Panorama da recepção do <i>common law</i> na América do Norte.....	256
5.1. Estados Unidos.....	256
5.2. Canadá.....	259
6. Características formais dos precedentes: hierarquia, autorreferência e método distintivo (<i>distinguishing</i>).....	261
7. <i>Ratio decidendi</i> , <i>obiter dictum</i> e <i>dissenting opinion</i>	266
8. Exceções à regra do precedente vinculante.....	270
9. <i>Case law</i> e direito casuístico: confronto e contrastes.....	272
10. <i>Common law</i> e direito codificado.....	276
BIBLIOGRAFIA	279